

Políticas públicas de combate à desigualdade no Brasil: avanços, retrocessos e perspectivas pós-2023

Public policies to combat inequality in Brazil: advances, setbacks and perspectives after 2023

Inácio Ferreira Façanha Neto^a

 <https://orcid.org/0000-0002-0797-6271>

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha^a

 <https://orcid.org/0000-0001-5320-0004>

Resumo: Este artigo analisa as políticas públicas de combate à desigualdade no Brasil pós-2023. Com dados do IBGE, do Ipea e do TCU, evidencia que em 2024 o país atingiu o menor índice de desigualdade desde 2012 (Gini 0,506). Destaca o Bolsa Família, que cumpriu 100% das metas e atendeu a mais de 20 milhões de famílias, além das políticas de valorização do salário mínimo e de transferência de renda, eficazes na redistribuição, no alívio da pobreza e na melhoria das condições de vida.

Palavras-chave: Políticas públicas; Desigualdade social; Transferência de renda; Bolsa Família; Brasil.

Abstract: This article analyzes public policies to combat inequality in Brazil after 2023. Using data from IBGE, Ipea, and TCU, it shows that in 2024 the country reached its lowest inequality level since 2012 (Gini 0.506). It highlights the Bolsa Família Program, which achieved 100% of its goals and benefited over 20 million families, as well as minimum wage valorization and income transfer policies, effective in redistribution, poverty reduction, and improving living conditions.

Keywords: Public policies; Social inequality; Income transfer; Bolsa Família; Brazil.

^aUniversidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís/MA, Brasil.

Recebido: 30/7/2025 ■ **Aprovado:** 29/9/2025

Editora responsável: Priscila Flório Augusto

Introdução

A desigualdade social constitui um dos principais desafios estruturais do Brasil, país que historicamente figura entre as nações com maior concentração de renda do mundo. Segundo Piketty e Saez (2013), a desigualdade de renda representa não apenas uma questão econômica, mas também um fenômeno multidimensional que afeta o desenvolvimento social, político e econômico das sociedades contemporâneas. No contexto brasileiro, as políticas públicas de combate à desigualdade ganharam centralidade na agenda governamental a partir dos anos 2000, com a implementação de programas de transferência de renda condicionada e políticas de valorização do salário mínimo que contribuíram significativamente para a redução das disparidades socioeconômicas (Campello, 2017).

O período pós-2023 marca um momento de inflexão nas políticas sociais brasileiras, caracterizado pela retomada e pelo fortalecimento de programas que haviam sido descontinuados ou enfraquecidos durante o período de 2017 a 2022. A análise deste contexto torna-se particularmente relevante diante dos resultados excepcionais alcançados em 2024, quando o Brasil registrou o menor nível de desigualdade de renda desde o início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) em 2012, com o índice de Gini atingindo 0,506 (IBGE, 2025).

A literatura acadêmica recente tem destacado a eficácia dos programas de transferência de renda no combate à pobreza e à desigualdade. Costa, Magalhães e Cardoso (2023) analisaram a transição do Bolsa Família para o Auxílio Brasil e, posteriormente, o retorno ao Bolsa Família, demonstrando como as mudanças nas premissas teóricas dos programas impactam diretamente seus resultados. Paralelamente, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) têm evidenciado o papel crescente do Estado na redistribuição de renda, especialmente através de políticas fiscais e programas sociais (Ipea, 2023).

O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas de combate à desigualdade no Brasil no período pós-2023, identificando os principais avanços conquistados, os retrocessos enfrentados e as perspectivas futuras para a consolidação de uma sociedade mais equitativa. A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os fatores que contribuíram para os resultados positivos alcançados em 2024, e de avaliar a sustentabilidade dessas políticas no médio e longo prazo.

A metodologia adotada baseia-se na análise de dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e de avaliações do Tribunal de Contas da União (TCU), complementada por revisão da literatura acadêmica recente sobre políticas sociais e desigualdade no Brasil. O estudo utiliza indicadores quantitativos, como o índice de Gini, taxas de pobreza e extrema pobreza, rendimento domiciliar *per capita* e dados sobre a cobertura e a efetividade dos programas de transferência de renda.

A estrutura do artigo compreende quatro seções principais: após esta Introdução, a primeira seção apresenta o referencial teórico sobre desigualdade e políticas públicas redistributivas; a segunda analisa os principais programas e políticas implementados no período pós-2023; a terceira seção examina os resultados alcançados através de indicadores socioeconômicos; já a quarta discute as perspectivas futuras e os desafios para a sustentabilidade das políticas de combate à desigualdade no Brasil.

Cabe destacar que, embora o presente estudo se concentre na análise técnica e quantitativa das políticas públicas de combate à desigualdade, é igualmente necessário situar esses resultados dentro de um quadro mais amplo. Assim, ao longo do artigo, procuraremos discutir não apenas os efeitos imediatos das políticas redistributivas, mas também seus limites diante das causas estruturais da desigualdade em uma economia capitalista periférica como a brasileira. Essa perspectiva crítica busca articular indicadores empíricos com uma reflexão ético-política, fundamental para compreender a permanência da questão social no país.

1. Referencial teórico: desigualdade e políticas redistributivas

1.1 Conceituação e mensuração da desigualdade

A desigualdade social, em sua dimensão econômica, refere-se à distribuição desigual de recursos, oportunidades e resultados entre indivíduos e grupos em uma sociedade. Stiglitz, Sen e Fitoussi (2012) argumentam que a mensuração da desigualdade vai além da simples análise da distribuição de renda, devendo incorporar aspectos multidimensionais, como acesso à educação, à saúde, à habitação e à participação política. Essa perspectiva multidimensional é particularmente relevante para o contexto brasileiro, no qual as desigualdades se manifestam de forma interseccional, afetando de maneira diferenciada grupos sociais específicos.

O índice de Gini, principal indicador utilizado para mensurar a concentração de renda, varia de 0 (máxima igualdade) a 1 (máxima desigualdade), e tem sido amplamente empregado na literatura internacional para comparações entre países e análises temporais. No Brasil, a série histórica da PNAD Contínua, iniciada em 2012, permite acompanhar a evolução da desigualdade de renda domiciliar *per capita*, fornecendo subsídios fundamentais para a formulação e a avaliação de políticas públicas (IBGE, 2025).

Morgan (2017) destaca que a análise da desigualdade no Brasil deve considerar não apenas a distribuição de renda corrente, mas também a concentração de riqueza e os mecanismos de transmissão intergeracional da desigualdade. Seus estudos, fundamentados na combinação de dados de pesquisas domiciliares e nos registros fiscais, revelam que a elite econômica brasileira mantém níveis de concentração de renda superiores aos observados em países desenvolvidos, evidenciando a necessidade de políticas redistributivas mais robustas.

1.2 Teorias das políticas redistributivas

As políticas redistributivas, segundo a tipologia clássica de Theodore J. Lowi, caracterizam-se pela transferência de recursos de grupos com maior capacidade contributiva para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No contexto do Estado Democrático de Direito, essas políticas fundamentam-se no princípio da justiça distributiva, conforme elaborado por Rawls (1971) em sua teoria da justiça. O princípio da diferença rawlsiano estabelece que as desigualdades sociais e econômicas devem ser organizadas de forma a beneficiar os membros menos favorecidos da sociedade.

A literatura contemporânea sobre políticas redistributivas tem enfatizado a importância dos programas de transferência de renda condicionada como instrumentos eficazes de combate à pobreza e de redução da desigualdade. Segundo Lopez-Calva, Lachs e Fruttero (2015), esses programas combinam objetivos de curto prazo (alívio imediato da pobreza) com estratégias de longo prazo (quebra do ciclo intergeracional da pobreza através do investimento em capital humano). A condicionalidade, vinculada ao cumprimento de requisitos nas áreas de educação e saúde, representa um elemento inovador que diferencia esses programas das tradicionais políticas assistenciais.

A teoria da implementação, desenvolvida por Jeffrey Pressman e Aaron Wildavsky e posteriormente refinada por outros autores, oferece um marco analítico fundamental para compreender os desafios e os sucessos das políticas redistributivas. Costa, Magalhães e Cardoso (2023) aplicam essa perspectiva teórica ao contexto brasileiro, demonstrando como a qualidade da implementação influencia diretamente os resultados dos programas sociais. A abordagem da teoria do programa, utilizada pelos autores, permite distinguir entre as premissas teóricas dos programas e os processos de sua implementação, oferecendo *insights* valiosos para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

1.3 O papel do Estado na redistribuição de renda

O debate sobre o papel do Estado na redistribuição de renda tem ganhado renovada relevância no contexto das crescentes desigualdades globais. Piketty (2014) argumenta que, na ausência de intervenções redistributivas eficazes, as economias capitalistas tendem naturalmente à concentração de renda e riqueza, devido ao fato de que a taxa de retorno do capital (r) supera sistematicamente a taxa de crescimento econômico (g). Essa dinâmica, conhecida como $r > g$, justifica a necessidade de políticas públicas ativas para promover uma distribuição mais equitativa dos recursos.

No Brasil, o papel redistributivo do Estado manifesta-se através de múltiplos instrumentos: sistema tributário, políticas de transferência de renda, políticas de valorização do salário mínimo, investimentos em educação e saúde, além de programas de acesso ao crédito e à terra. A efetividade desses instrumentos depende não apenas de seu desenho institucional, mas também da capacidade estatal de implementação e da sustentabilidade política das políticas ao longo do tempo.

A literatura sobre capacidades estatais, desenvolvida por autores como Evans (1995) e Skocpol (1985), enfatiza a importância da autonomia e da capacidade técnica do Estado para a implementação bem-sucedida de políticas redistributivas. No contexto brasileiro, a construção de capacidades institucionais para a gestão de programas sociais tem sido um processo gradual, marcado por avanços significativos na última década, conforme evidenciado pela avaliação positiva do Tribunal de Contas da União sobre a gestão do Programa Bolsa Família (TCU, 2025).

1.4 Programas de transferência de renda: evidências internacionais e nacionais

A literatura internacional sobre programas de transferência de renda condicionada tem documentado resultados positivos em diversos

países da América Latina. O programa mexicano Progresas/Oportunidades, o colombiano Familias en Acción e o brasileiro Bolsa Família são frequentemente citados como casos de sucesso na redução da pobreza e na melhoria de indicadores sociais (Fiszbein; Schady, 2009). Esses programas compartilham características comuns: focalização nas famílias mais pobres; transferências monetárias regulares; e condicionalidades relacionadas à educação e à saúde.

No Brasil, o Programa Bolsa Família, implementado em 2003, tornou-se referência internacional em políticas de transferência de renda. Estudos de avaliação de impacto têm demonstrado seus efeitos positivos em múltiplas dimensões: redução da pobreza e da desigualdade; melhoria de indicadores educacionais e de saúde; dinamização da economia local; e fortalecimento da cidadania (Soares *et al.*, 2010). Pesquisa recente da Fundação Oswaldo Cruz revelou que o programa salvou mais de 700 mil vidas e evitou 8 milhões de internações em suas duas décadas de existência, demonstrando impactos que transcendem a dimensão puramente econômica (Fiocruz, 2025).

A análise da trajetória do Bolsa Família permite identificar os fatores que contribuem para o sucesso dos programas de transferência de renda. Primeiro, a focalização eficiente, baseada no Cadastro Único para Programas Sociais, garante que os recursos sejam direcionados às famílias que mais necessitam. Segundo, a regularidade e a previsibilidade dos pagamentos proporcionam segurança às famílias beneficiárias, permitindo planejamento de médio prazo. Terceiro, as condicionalidades incentivam investimentos em capital humano, contribuindo para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza. Quarto, a integração com outras políticas sociais potencializa os impactos do programa.

1.5 Política de valorização do salário mínimo

A política de valorização do salário mínimo constitui outro instrumento fundamental de redistribuição de renda no Brasil. Desde 2005, o

país adotou uma regra de reajuste que combina a reposição da inflação com ganhos reais vinculados ao crescimento econômico, política que foi descontinuada entre 2017 e 2022 e retomada em 2023. A literatura econômica tem documentado os efeitos redistributivos positivos dessa política, especialmente para os trabalhadores de menor qualificação e para os beneficiários da previdência social (Saboia, 2010).

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024) analisa os impactos da retomada da política de valorização do salário mínimo, demonstrando que o aumento real desse salário tem efeitos multiplicadores na economia, beneficiando não apenas os trabalhadores formais, mas também os informais, cujos rendimentos tendem a ser influenciados pelo piso salarial oficial. Além disso, a valorização do salário mínimo impacta positivamente os benefícios previdenciários e assistenciais, ampliando o poder de compra de milhões de brasileiros.

A combinação entre programas de transferência de renda e políticas de valorização do salário mínimo cria um sistema redistributivo robusto, capaz de atuar simultaneamente sobre diferentes segmentos da população vulnerável. Enquanto os programas de transferência focam as famílias em situação de pobreza extrema, a valorização do salário mínimo beneficia os trabalhadores de baixa renda e os beneficiários da seguridade social, criando um efeito sinérgico na redução da desigualdade.

1.6 Determinações estruturais da desigualdade no Brasil

A compreensão da desigualdade no Brasil exige ir além da dimensão meramente quantitativa da renda. Embora indicadores, como o índice de Gini, sejam fundamentais para medir avanços conjunturais, eles não captam integralmente os mecanismos históricos e estruturais que sustentam a concentração de riqueza e poder no país. Nesse sentido, é necessário dialogar com a tradição crítica latino-americana, que analisa a desigualdade como produto de um padrão de desenvolvimento capitalista dependente e periférico.

Autores como Florestan Fernandes (1975), Octavio Ianni (1992) e Ruy Mauro Marini (1973) argumentam que a modernização brasileira sempre se deu de forma seletiva, incorporando avanços econômicos sem romper com a lógica histórica de concentração fundiária, superexploração da força de trabalho e exclusão social de amplas parcelas da população. O processo de industrialização e urbanização não eliminou tais traços, mas os reproduziu sob novas formas, mantendo uma estrutura de classes profundamente desigual.

Nesse contexto, a desigualdade social deve ser compreendida em um sentido amplo, que transcende a desigualdade de renda. Enquanto esta última se refere à distribuição monetária entre indivíduos e grupos, a desigualdade social engloba múltiplas dimensões: acesso à terra, educação, saúde, moradia, saneamento, crédito, tecnologia e participação política. Essa perspectiva multidimensional evidencia que políticas focalizadas, embora essenciais para reduzir vulnerabilidades imediatas, não são capazes de alterar a lógica estrutural que produz e reproduz a “questão social” no Brasil.

Além disso, a regressividade do sistema tributário brasileiro, analisada por Pochmann (2015), é um fator central de manutenção das desigualdades. A maior parte da arrecadação advém de tributos indiretos sobre o consumo, que pesam mais proporcionalmente sobre os mais pobres, enquanto a tributação sobre grandes fortunas, heranças e lucros permanece limitada. Esse arranjo perpetua a concentração de riqueza e impede que políticas redistributivas avancem em direção a uma transformação estrutural.

Por fim, cabe destacar a concentração de patrimônio e riqueza como eixo fundamental da desigualdade brasileira. Pesquisas como as de Piketty (2014) e Souza (2018) revelam que uma pequena elite econômica detém parcela desproporcional dos ativos financeiros e da propriedade fundiária. Assim, ainda que programas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo consigam mitigar a pobreza e reduzir desigualdades de renda no curto prazo, eles não alteram significativamente a estrutura de poder e propriedade que sustenta a desigualdade no longo prazo.

Portanto, o enfrentamento da desigualdade no Brasil deve ser pensado em duas frentes complementares: (i) políticas de alívio imediato, como transferências de renda e valorização salarial, que garantem condições mínimas de dignidade; e (ii) reformas estruturais de caráter mais profundo, como a reforma tributária progressiva, a democratização do acesso à terra e as políticas de fortalecimento da seguridade social. Apenas a articulação dessas duas dimensões pode promover não só a mitigação, mas também a superação da desigualdade histórica que marca a sociedade brasileira.

2. Políticas públicas de combate à desigualdade no período pós-2023

2.1 Retomada e fortalecimento do Programa Bolsa Família

O período pós-2023 marca a retomada do Programa Bolsa Família como principal política de transferência de renda do Brasil, após um período de transição que incluiu o Auxílio Emergencial (2020-2021) e o Auxílio Brasil (2021-2022). A recriação do Bolsa Família em janeiro de 2023 representou não somente uma mudança de nomenclatura, mas também uma reformulação conceitual que resgatou as premissas teóricas originais do programa, baseadas na articulação entre transferência de renda, condicionalidades e integração com outras políticas sociais.

A avaliação do Tribunal de Contas da União para o ano de 2024 demonstra o sucesso da retomada do programa. Segundo o relatório oficial, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) atingiu 100% das metas estabelecidas no Plano Plurianual 2024-2027, superando as expectativas de curto prazo e recuperando os avanços perdidos durante a pandemia (TCU, 2025). O programa destinou R\$ 169 bilhões em benefícios durante 2024, atendendo a mais de 20 milhões de famílias com um repasse médio de R\$ 666,01.

Os dados oficiais revelam a efetividade do programa na redução da pobreza extrema. Em 2023, a taxa de extrema pobreza entre os

beneficiários do Bolsa Família foi de 4,4%, significativamente inferior aos 11,2% registrados entre os não beneficiários, evidenciando o impacto direto da política de transferência de renda (MDS, 2024). Essa diferença de 6,8 pontos percentuais demonstra que o programa consegue atingir efetivamente seu público-alvo e produzir resultados mensuráveis na redução da vulnerabilidade socioeconômica.

Um aspecto particularmente relevante da retomada do Bolsa Família é sua integração com políticas de inclusão produtiva e geração de emprego. Os dados do MDS indicam que 75,5% das 1,69 milhão de vagas de trabalho geradas em 2024 foram ocupadas por beneficiários do programa, enquanto outras 23,4% foram preenchidas por pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (MDS, 2024). Esses números evidenciam que o programa não cria dependência, mas funciona como uma plataforma de inclusão socioeconômica, permitindo que as famílias beneficiárias acessem oportunidades de trabalho e renda.

Ainda que o Bolsa Família seja reconhecido como um instrumento eficiente de mitigação da pobreza e de promoção da inclusão social, é preciso salientar que seu impacto permanece circunscrito à esfera do consumo imediato. Sem reformas mais profundas no sistema tributário e na estrutura fundiária, o programa não altera as bases da concentração de renda e riqueza no país. Seu mérito está em garantir alívio imediato, mas não em transformar as condições estruturais que reproduzem a desigualdade.

2.2 Política de valorização do salário mínimo

A retomada da política de valorização real do salário mínimo em 2023 constituiu outro pilar fundamental das políticas redistributivas do período. Após cinco anos de congelamento real (2017-2022), quando o salário mínimo recebia apenas reajustes inflacionários, o governo restabeleceu a regra que combina correção pela inflação com ganhos reais vinculados ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O salário mínimo passou de R\$ 1.212 em dezembro de 2022 para R\$ 1.320 em maio de 2023, de R\$ 1.412 em janeiro de 2024 para R\$ 1.518 em janeiro de 2025, representando ganhos reais acumulados significativos (Presidência da República, 2024). Essa trajetória de valorização impacta diretamente milhões de trabalhadores formais e informais, além de beneficiários da previdência e assistência social, cujos benefícios são vinculados ao salário mínimo.

A literatura econômica tem documentado os efeitos multiplicadores da valorização do salário mínimo na economia brasileira. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2024) estima que cada real de aumento no salário mínimo gera um impacto de aproximadamente R\$ 1,50 no PIB, devido à maior propensão ao consumo das famílias de baixa renda. Esse efeito multiplicador é particularmente importante em um contexto de recuperação econômica pós-pandemia, contribuindo para o aquecimento do mercado interno e a geração de empregos.

A valorização do salário mínimo contribui para ampliar o poder de compra das camadas populares e reduzir disparidades de renda entre trabalhadores. Contudo, sua eficácia encontra limites em um contexto de alta informalidade e de forte regressividade tributária, em que os mais pobres continuam proporcionalmente mais onerados. Assim, embora seja uma política redistributiva relevante, não se pode ignorar que, isoladamente, não é capaz de alterar o padrão histórico de concentração de riqueza no Brasil.

2.3 Políticas de segurança alimentar e nutricional

O combate à fome e à insegurança alimentar ganhou centralidade na agenda governamental pós-2023, com a meta de retirar novamente o Brasil do Mapa da Fome. Os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional indicam que 24,4 milhões de pessoas saíram da situação de insegurança alimentar grave em 2023, resultado direto da combinação entre programas de transferência de renda e políticas específicas de segurança alimentar (Rede Penssan, 2024).

O fortalecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribuiu para a criação de mercados institucionais para a agricultura familiar, promovendo simultaneamente a segurança alimentar urbana e a inclusão produtiva rural. Esses programas exemplificam a abordagem integrada das políticas sociais, que busca articular diferentes dimensões do desenvolvimento social.

Um aspecto distintivo das políticas implementadas no período pós-2023 é a busca por maior integração e articulação entre diferentes programas e políticas sociais. A criação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), bem como sua articulação com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com as políticas educacionais, representa um avanço na direção de um sistema de proteção social mais coeso e efetivo.

O Cadastro Único para Programas Sociais funciona como uma plataforma de integração, permitindo que diferentes políticas utilizem uma base comum de informações sobre as famílias vulneráveis. Essa integração reduz custos administrativos, evita sobreposições e permite um atendimento mais integral às necessidades das famílias.

As políticas de segurança alimentar cumprem papel fundamental no combate imediato à fome, mas a permanência da insegurança alimentar em determinados territórios evidencia que a questão vai além do acesso a programas específicos. A estrutura agrária concentrada e a dependência da agricultura familiar de políticas compensatórias limitam os resultados de longo prazo. Sem enfrentar a desigualdade fundiária, essas políticas correm o risco de funcionar apenas como mecanismos paliativos.

3. Resultados alcançados: análise dos indicadores socioeconômicos

3.1 Evolução da desigualdade de renda

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua para 2024 revelam resultados excepcionais na redução da desigualdade

de renda no Brasil. O índice de Gini do rendimento mensal real domiciliar *per capita* atingiu 0,506, o menor valor desde o início da série histórica em 2012 (IBGE, 2025). Essa redução representa uma queda significativa em relação ao pico de 0,545 registrado em 2018, evidenciando a efetividade das políticas redistributivas implementadas no período recente.

A análise da evolução temporal do índice de Gini permite identificar três períodos distintos: uma fase de redução gradual entre 2012 e 2015; um período de deterioração entre 2016 e 2018; e uma trajetória de melhoria a partir de 2019, que se acelerou significativamente no período pós-2023. Essa periodização coincide com as mudanças nas políticas sociais, confirmando a relação entre intervenções governamentais e resultados distributivos.

O indicador de razão entre os extremos de renda também apresentou melhoria substancial. Em 2024, os 10% mais ricos da população recebiam 13,4 vezes mais que os 40% mais pobres, a menor diferença registrada desde o início da série histórica (IBGE, 2025). Para contextualizar esse resultado, em 2019 a razão entre o 1% mais rico e os 40% mais pobres era de 48,9 vezes, demonstrando a magnitude da concentração de renda no topo da distribuição.

3.2 Rendimento domiciliar e poder de compra

O rendimento mensal real domiciliar *per capita* alcançou R\$ 2.020 em 2024, representando um crescimento de 4,7% em relação a 2023 e constituindo o maior valor da série histórica (IBGE, 2025). Esse resultado é particularmente significativo quando comparado ao valor de R\$ 1.696 registrado em 2012, representando um crescimento real acumulado de 19,1% em 12 anos.

A massa de rendimento mensal domiciliar *per capita* atingiu R\$ 438,3 bilhões em 2024, com crescimento real de 5,4% em relação a 2023 e de 15,0% em relação a 2019, ano anterior à pandemia (IBGE, 2025). Esse indicador é fundamental para avaliar o impacto agregado das políticas

redistributivas na economia, evidenciando o fortalecimento do poder de compra das famílias brasileiras.

A análise dos rendimentos do trabalho, realizada pelo Ipea através da Carta de Conjuntura, mostra que o rendimento médio habitual cresceu 4,3% no quarto trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023 (Carvalho, 2025). O valor de R\$ 3.343 registrado no trimestre móvel terminado em janeiro de 2025 constitui o maior da série histórica, confirmando a tendência de valorização dos rendimentos do trabalho.

3.3 Redução da pobreza e impactos no mercado de trabalho

Os indicadores de pobreza apresentaram melhoria substancial no período analisado. Segundo dados do IBGE, a proporção de pessoas em situação de pobreza caiu de 31,6% em 2022 para 27,4% em 2023, representando uma redução de 8,7 milhões de pessoas nessa condição (IBGE, 2024). Em termos absolutos, a população em situação de pobreza passou de 67,7 milhões para 59 milhões de pessoas.

A extrema pobreza apresentou redução ainda mais expressiva, passando de 5,9% da população em 2022 para 4,4% em 2023, o que corresponde a uma diminuição de 3,1 milhões de pessoas nessa condição (IBGE, 2024). Dados mais recentes da Fundação Getúlio Vargas indicam que a extrema pobreza continuou caindo em 2024, atingindo 6,8% da população, equivalente a 14,7 milhões de pessoas (FGV, 2025).

O mercado de trabalho brasileiro apresentou sinais de aquecimento em 2024, com reflexos positivos na distribuição de renda. A taxa de desemprego manteve-se em níveis historicamente baixos, enquanto a geração de empregos formais atingiu números recordes. Particularmente relevante é o fato de que 75,5% das 1,69 milhão de vagas criadas em 2024 foram ocupadas por beneficiários do Programa Bolsa Família (MDS, 2024).

A análise por tipo de vínculo empregatício revela dinâmicas diferenciadas no mercado de trabalho. Os trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira apresentaram os maiores crescimentos de renda

(5,4% e 6,5%, respectivamente), enquanto os trabalhadores com carteira assinada tiveram crescimento mais moderado (3,0%) (Carvalho, 2025).

Os impactos das políticas redistributivas transcendem a dimensão puramente econômica, manifestando-se também em indicadores sociais como saúde e educação.

Os estudos epidemiológicos mostram que o Bolsa Família reduziu em 18% a mortalidade total das mulheres e contribuiu significativamente para a diminuição da mortalidade infantil (Fiocruz, 2025). Esses resultados evidenciam que as políticas de transferência de renda têm efeitos que vão muito além do alívio imediato da pobreza, impactando positivamente a saúde pública e a qualidade de vida da população.

Os indicadores apresentados demonstram avanços inegáveis na redução da desigualdade e da pobreza, mas é preciso relativizar esses números à luz das estruturas que permanecem intocadas. A queda do índice de Gini, por exemplo, indica maior equilíbrio na distribuição da renda corrente, mas não aborda a elevada concentração de patrimônio e riqueza. Da mesma forma, o aumento do rendimento domiciliar não significa, necessariamente, a superação das barreiras históricas que mantêm parcelas da população em condição de vulnerabilidade crônica. Esses limites estruturais precisam ser considerados para que os resultados quantitativos não sejam interpretados de maneira acrítica.

4. Perspectivas futuras e desafios para a sustentabilidade das políticas redistributivas

4.1 Sustentabilidade fiscal e política

A sustentabilidade das políticas redistributivas no Brasil enfrenta desafios estruturais relacionados ao financiamento público e à estabilidade política. O Novo Regime Fiscal, estabelecido pela Emenda Constitucional n. 95/2016 e posteriormente modificado, impõe restrições ao crescimento dos gastos públicos que podem limitar a expansão dos

programas sociais. A conciliação entre responsabilidade fiscal e investimento social constitui um dos principais desafios para a continuidade das políticas redistributivas.

A literatura sobre economia política das reformas sociais enfatiza a importância da construção de coalizões políticas amplas para a sustentabilidade das políticas redistributivas (Huber; Stephens, 2001). No Brasil, a experiência histórica mostra que programas como o Bolsa Família conseguiram manter-se ao longo de diferentes governos devido ao seu amplo apoio social e aos resultados demonstráveis na redução da pobreza.

4.2 Transformações tecnológicas e mercado de trabalho

As transformações tecnológicas em curso, caracterizadas pela automação, pela inteligência artificial e pela digitalização da economia, representam tanto oportunidades quanto desafios para as políticas redistributivas. A literatura sobre o futuro do trabalho sugere que as políticas redistributivas precisarão adaptar-se a um contexto de maior volatilidade no mercado de trabalho, com crescimento do trabalho por plataformas, *gig economy* e formas atípicas de emprego (Standing, 2011).

O Brasil tem potencial para liderar experiências inovadoras em políticas redistributivas adaptadas ao século XXI. A experiência acumulada na gestão de programas de transferência de renda, combinada com capacidades tecnológicas em expansão, pode permitir o desenvolvimento de sistemas de proteção social mais flexíveis e responsivos às necessidades da população.

4.3 Mudanças climáticas e demografia

As mudanças climáticas representam um novo desafio para as políticas redistributivas, uma vez que seus impactos afetam desproporcionalmente as populações mais vulneráveis. A literatura sobre justiça

ambiental enfatiza que as políticas de combate às mudanças climáticas devem incorporar critérios distributivos, evitando que os custos da transição ecológica recaiam sobre os mais pobres (Schlosberg, 2007).

A integração entre políticas ambientais e sociais emerge como uma necessidade urgente. Programas como o Bolsa Verde, que combina transferência de renda com conservação ambiental, exemplificam abordagens inovadoras que podem ser expandidas.

O envelhecimento da população brasileira representa um desafio de longo prazo para as políticas redistributivas. O aumento da proporção de idosos na população implica maior pressão sobre os sistemas de previdência e saúde, ao mesmo tempo que reduz a proporção de pessoas em idade ativa para financiar esses sistemas.

As políticas redistributivas precisarão adaptar-se a essa nova realidade demográfica, desenvolvendo instrumentos específicos para atender às necessidades da população idosa. Isso inclui não apenas transferências monetárias, mas também serviços de cuidado, políticas de envelhecimento ativo e adaptação da infraestrutura urbana.

Considerações finais

A análise das políticas públicas de combate à desigualdade no Brasil no período pós-2023 revela um cenário de avanços significativos, mas também de desafios persistentes que demandam atenção contínua. Os resultados alcançados em 2024, com o menor nível de desigualdade de renda desde 2012 e a redução substancial da pobreza e da extrema pobreza, demonstram a efetividade das políticas redistributivas quando implementadas de forma consistente e integrada.

O Programa Bolsa Família emerge como o principal instrumento de redistribuição de renda, tendo atingido 100% das metas estabelecidas e demonstrado impactos que transcendem a dimensão puramente econômica. A avaliação positiva do Tribunal de Contas da União confirma a

eficiência na gestão do programa e sua contribuição para a redução das desigualdades. Os dados sobre geração de empregos entre beneficiários evidenciam que o programa funciona como uma plataforma de inclusão socioeconômica, contrariando críticas sobre dependência assistencial.

A retomada da política de valorização real do salário mínimo constitui outro pilar fundamental das políticas redistributivas, beneficiando milhões de trabalhadores e aposentados. A combinação entre transferência de renda e valorização do trabalho cria um sistema redistributivo robusto, capaz de atuar sobre diferentes segmentos da população vulnerável.

Os resultados quantitativos são impressionantes: o índice de Gini caiu de 0,544 em 2021 para 0,506 em 2024; o rendimento domiciliar *per capita* atingiu o recorde de R\$ 2.020; 8,7 milhões de pessoas saíram da pobreza entre 2022 e 2023; e 24,4 milhões de pessoas deixaram a situação de insegurança alimentar grave. Esses números evidenciam que políticas públicas bem desenhadas e implementadas podem produzir transformações sociais significativas em períodos relativamente curtos.

No entanto, a análise também revela desafios importantes para a sustentabilidade dessas políticas. As restrições fiscais, as transformações tecnológicas, as mudanças climáticas e o envelhecimento populacional representam desafios que exigirão adaptações e inovações nas políticas redistributivas. A manutenção dos avanços conquistados dependerá da capacidade de construir consensos políticos amplos e desenvolver instrumentos de política pública adequados aos novos contextos.

A experiência brasileira no período pós-2023 oferece lições valiosas para outros países em desenvolvimento. A importância da integração entre diferentes políticas sociais, a necessidade de sistemas de informação robustos para focalização eficiente e o papel da participação social na legitimação das políticas são aspectos que podem ser replicados e adaptados a outros contextos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as políticas públicas pós-2023 foram capazes de gerar avanços conjunturais significativos, como a redução expressiva da pobreza, a valorização real do salário mínimo e

a melhoria de indicadores de desigualdade. Entretanto, permanece o desafio de enfrentar as determinações estruturais que reproduzem a questão social no Brasil: a concentração de terra e riqueza, a regressividade do sistema tributário, a informalidade e a superexploração do trabalho.

Portanto, os resultados recentes devem ser compreendidos como conquistas parciais em um cenário mais amplo de disputas sociais e políticas. Sem reformas estruturais profundas, as políticas redistributivas tendem a manter seu papel de mitigação, mas não de superação das desigualdades. Reconhecer essa ambivalência é essencial para situar os avanços alcançados dentro de uma crítica mais abrangente, capaz de apontar caminhos para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Referências

CAMPELLO, T. *Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás*. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais; Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2017.

CARVALHO, S. S. de. Retrato dos rendimentos do trabalho — resultados da PNAD Contínua do quarto trimestre de 2024. *Carta de Conjuntura Ipea*, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2025/03/retrato-dos-rendimentos-do-trabalho-resultados-da-pnad-continua-do-quarto-trimestre-de-2024/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. de M. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcances a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 7, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT207922>. Acesso em: 26 jul. 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Política de valorização do salário mínimo: impactos e perspectivas*. São Paulo: DIEESE, 2024.

EVANS, P. *Embedded autonomy: states and industrial transformation*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FISZBEIN, A.; SCHADY, N. *Conditional cash transfers: reducing present and future poverty*. Washington: World Bank, 2009.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Em dois anos, 6 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9 maio 2025. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/09/em-dois-anos-6-milhoes-de-pessoas-sairam-da-pobreza-extrema-no-brasil-diz-fgv.ghtml>. Acesso em: 26 jul. 2025.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). Bolsa Família salvou mais de 700 mil vidas e evitou 8 milhões de internações em duas décadas. *Agência Fiocruz de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 maio 2025. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/bolsa-familia-salvou-mais-de-700-mil-vidas-e-evitou-8-milhoes-de-internacoes-em-duas-decadas>. Acesso em: 26 jul. 2025.

HUBER, E.; STEPHENS, J. D. *Development and crisis of the Welfare State: parties and policies in global markets*. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

IANNI, O. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 4 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 26 jul. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Rendimento *per capita* é recorde e desigualdades caem ao menor nível desde 2012. *Agência de Notícias IBGE*, Rio de Janeiro, 8 maio 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43302-rendimento-per-capita-e-recorde-e-desigualdades-caem-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 26 jul. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Estudos revelam impacto da redistribuição de renda no Brasil. *Portal Ipea*, Brasília, 8 ago. 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13909-estudos-revelam-impacto-da-redistribuicao-de-renda-no-brasil>. Acesso em: 26 jul. 2025.

LOPEZ-CALVA, L.; LACHS, S.; FRUTTERO, A. Medir pobreza crônica no Brasil. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*, Brasília, n. 21, p. 140-160, 2015. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%20de%20Estudos%2021_COMPLETA.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS). *Gestão do Bolsa Família pelo MDS atinge 100% das metas em 2024*. Brasília: MDS, 2024.

MORGAN, M. Income inequality, growth and elite taxation in Brazil: new evidence combining survey and fiscal data, 2001-2015. *Meeting of the Society for the Study of Economic Inequality*, New York, 2017. Disponível em: http://www.ecineq.org/ecineq_nyc17/FILESx2017/CR2/p456.pdf. Acesso em: 26 jul. 2025.

PIKETTY, T. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

PIKETTY, T.; SAEZ, E. Income inequality in the United States 1913-1998. *Quarterly Journal of Economics*, v. 118, n. 1, p. 1-41, 2013.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média: capitalismo e estrutura social*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Presidente assina decreto que reajusta salário mínimo para R\$ 1.518. *Portal Planalto*, Brasília, 30 dez. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/12/presidente-assina-decreto-que-reajusta-salario-minimo-para-r-1.518>. Acesso em: 26 jul. 2025.

RAWLS, J. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2024.

SABOIA, J. *Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

SCHLOSBERG, D. *Defining environmental justice: theories, movements, and nature*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SKOCPOL, T. *Bringing the state back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SOARES, F. V et al. *Os impactos do benefício do programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza*. Brasília: Ipea, 2010.

SOUZA, J. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

STANDING, G. *The precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic, 2011.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J.-P. *Relatório da comissão sobre a mensuração de desempenho econômico e progresso social*. Curitiba: Sesi/PR, 2012.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Gestão do Bolsa Família pelo MDS atinge 100% das metas em 2024, aponta TCU. *Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome*, Brasília, 1º jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/gestao-do-bolsa-familia-pelo-mds-atinge-100-das-metas-em-2024-aponta-tcu>. Acesso em: 26 jul. 2025.

Declaração de disponibilidade de dados:

Neste artigo, nenhum dado de pesquisa foi gerado ou utilizado.

Sobre os autores

INÁCIO FERREIRA FAÇANHA NETO – Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará. Professor assistente II pela Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: inaciofacanha@professor.uma.br

JOSANNE CRISTINA RIBEIRO FERREIRA FAÇANHA – Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professora adjunta I pela Universidade Estadual do Maranhão.

E-mail: jocrf_2009@hotmail.com

